



AFLUENTE: REVISTA DE
LETRAS E LINGUÍSTICA
ISSN 2525-3441

REVISTA AFLUENTE: REVISTA DE LETRAS E LINGUÍSTICA

V. 8, N.22, P.35-55

DOI:10.18764/2525-3441V8N22.2023.2

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NOS QUILOMBOS DE NOSSA SENHORA APARECIDA DO CHUMBO E CAMPINA DE PEDRA EM POCONÉ/MT: LUTAS E RESISTÊNCIAS

EDUCATION HISTORY IN THE QUILOMBOS NOSSA SENHORA APARECIDA DO CHUMBO AND CAMPINA DE PEDRA IN POCONÉ/ MT: STRUGGLES AND RESISTANCE

Luciano da Silva Pereira

<https://orcid.org/0000-0001-7666-2842>

Bruna Maria de Oliveira

<https://orcid.org/0000-0001-7923-2258>

Resumo: O processo de educação no Brasil, desde seu início, esteve voltado ao atendimento das elites do país. A elas eram ofertadas as oportunidades de ensino, aos demais, a negação ao processo de escolarização. Assim, era concebível entender que para a população negra de comunidades rurais esse ensino poderia não se tornar realidade, reforçando, por meio de um direito, as desigualdades sociais. Isso considerando, o presente texto tem como objetivo descortinar a luta da educação escolar das Comunidades Quilombolas Nossa Senhora Aparecida do Chumbo e Campina de Pedra, do Município de Poconé/MT. Metodologicamente, essa é uma pesquisa qualitativa do tipo etnográfica, conforme proposta por Geertz (2008). Os instrumentos de produção de dados foram a observação e a entrevista com os/as moradores/as mais velhos/as das referidas Comunidades. Os relatos revelaram o protagonismo, o empenho e a luta dos/das quilombolas para que a educação pudesse acontecer na comunidade, bem como as trajetórias educacionais acidentadas dessa população, tendo em vista o esquecimento do poder público em ofertar o ensino aos moradores desses territórios.

Palavras-chave: Educação Escolar; Quilombos; Resistência.

Abstract: Since the beginning, the process of education in Brazil was destined to attend the elites of the country. For them were offered the teaching opportunities, but for the others, the negation to the scholar process and in that way, it was conceivable to understand that for the black population from rural communities, that teaching could not be a reality, reinforcing through a right, the social inequalities. Hence, the following text aims to reveal the school education struggle of the quilombolas communities Nossa Senhora Aparecida do Chumbo and Campina de Pedra from Poconé Municipality/MT. Methodologically, it is a qualitative inquiry of ethnographic type proposed by Geertz (2012). The instruments used to gather data were the observation and the interview with the oldest residents of those communities. The reports revealed the main role, effort and the struggle of quilombolas to make the education happens in the community, as well as the obstructed educational trajectories of that population, considering the omission of the public power to offer education to the residents of those territories.

Keywords: School Education; Quilombos; Resistance.

INTRODUÇÃO



O presente artigo busca descortinar as dificuldades e a luta por educação escolar das Comunidades Quilombolas Nossa Senhora Aparecida do Chumbo e de Campina de Pedra, ambas localizadas no Município de Poconé/MT. Em Mato Grosso, apesar da crescente discussão sobre a população negra inserida em diversos contextos da sociedade, principalmente na área educacional, muito se tem para estudar sobre essa importante parcela da população, que contribuiu e contribui para a construção da educação no referido estado, o mesmo ocorrendo em nível de Brasil.

Considerar a identidade e história daqueles que lutaram para o desenvolvimento das comunidades quilombolas nos permite conhecê-los e compreendê-los num plano pessoal e profissional, abrangendo conhecimentos históricos da própria localidade. Essa perspectiva de análise possibilita o fortalecimento de ações desenvolvidas ao longo da história, levando em conta as especificidades das populações negras, especialmente as quilombolas, suas conquistas, oportunizando às novas gerações conhecer a história dos ancestrais que contribuíram para o desenvolvimento do seu território.

A história da escravidão no Brasil durou, aproximadamente, mais de 350 anos, movimentação que trouxe para o país milhares de africanos na condição de escravizados. A própria história do Brasil é repleta de contradições, pois os escravizados perderam a condição de pessoa humana, passando a ser tratados como “coisas”. Porém, com a resistência e luta de muitos deles, a história desse segmento populacional começou a tomar rumos diferentes. Inúmeros estudos apontam que os escravizados, apesar da força e do poder institucional da escravidão, reagiram diante da submissão e opressão que lhes eram impostas.

Os escravos, nessa reação, criaram comunidades alternativas, estruturadas política e economicamente, forjando espaços complexos e originais de ações políticas, perseguindo insistentemente a alforria, bem como algum grau de autonomia na produção, mas também investindo nas crianças através dos fortes laços de família”, tais estruturas permaneceram pós período abolicionista, que permanecem até atualidade. (CASTILHO, 2011, p. 62).



Portanto, não se deve imaginar que as comunidades quilombolas continuem isoladas, lutando somente por um espaço de terra. Pelo contrário, os/as quilombolas estão presentes em nossa sociedade, lutando pelo direito à terra, educação e saúde, dentre outras demandas. Nessa dinâmica, participam também de debates e discussões quanto à regularidade territorial nas comunidades que possuem ou não documentação expedida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), resguardando sua identidade cultural e resistindo às várias formas de preconceito.

Na educação não é diferente, uma vez que o segmento quilombola luta para o desenvolvimento de uma forma diferenciada de educação, cujos conteúdos contemplem suas histórias, características específicas, capazes de preservar seus valores, sua identidade e culturas, garantindo, nessa medida, um lugar diferenciado digno no interior da sociedade brasileira.

A partir daí, é preciso responder alguns questionamentos que ainda permeiam o assunto, como, por exemplo, como os moradores desses territórios conseguiram vencer as barreiras impostas pela sociedade durante seu trajeto escolar. De igual forma, quais lutas tiveram que enfrentar para que a realidade educacional pudesse se tornar uma realidade na comunidade? São questões as quais este texto busca abordar.

Assim, após o avanço garantido pela Constituição Federal de 1988, como também a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira n. 9.394/96, tiveram início as discussões de políticas educacionais que pudessem reparar o processo escravista imposto à população negra. Exemplo disso foram as Leis n. 10.639/03 e a n. 11.645/08, que alterou a LDB 9.394/96, incluindo no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade do ensino da "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

Essas discussões possibilitaram identificar os espaços onde a população negra está inserida, seja na docência, nos trabalhos domésticos ou rurais, dentre outros, mas também possibilitou que a população quilombola tivesse condições de lutar diariamente para melhoria da sua vida, na luta pela garantia de seu espaço na sociedade e acesso à educação para que pudesse atender a todos com qualidade e de forma contínua.



No intuito de organizar nossos argumentos, estruturamos o texto em cinco partes. Inicialmente, essa introdução, que traz o problema e objetivo da pesquisa. Na segunda parte situamos o *locus* da pesquisa e, também, os esclarecimentos metodológicos. Na terceira parte tecemos os pressupostos teóricos que fundamentam as análises. Na quarta parte apresentamos os resultados das entrevistas realizadas nas Comunidades Quilombolas Nossa Senhora Aparecida do Chumbo e Campina de Pedra, bem como suas análises. Na quinta e última parte, nos dedicamos às considerações finais.

ESCLARECIMENTOS METODOLÓGICOS E LÓCUS DA PESQUISA

A presente pesquisa foi tecida metodologicamente de acordo com a abordagem qualitativa e os caminhos investigativos se delinearam a partir da etnografia proposta por Geertz (2008). Para o referido autor, ao propor a etnografia, é preciso tentar ler as ações dos sujeitos, buscando interpretar os significados dessas ações pela ótica de quem vivencia as experiências, e não de quem escreve.

Assim, a etnografia nessa pesquisa teve como objetivo observar e descrever a comunidade e as experiências educacionais dos colaboradores/as. Originalmente, esta pesquisa integra duas dissertações de mestrado, no qual pesquisamos a trajetória e estratégias de resistências de professoras quilombolas e as práticas corporais e os fazeres pedagógicos nas perspectivas da educação escolar quilombola. Por sua vez, para este artigo, selecionamos a história da educação de duas comunidades: Nossa Senhora Aparecida do Chumbo e Campina de Pedra.

Para entendermos o percurso educacional nessas comunidades, traremos dos/as entrevistados/as, autores/as dos relatos, que compõem este texto, os fatos, as histórias e as vivências que marcaram o início do povoamento da comunidade e a luta pela educação.

Além disso, entendemos, com Pollak (1992), que a memória é um fenômeno construído coletivamente, sendo ela um elemento importante para o sentido de continuidade e coesão da pessoa e do grupo. Nessa perspectiva, ao desvelar as histórias



educacionais de cada comunidade por meio dos relatos de autoridades desses territórios, legitima-se a memória de um grupo.

O primeiro entrevistado é o senhor José Atanázio de Lima, conhecido por “Seu Juca”, que nasceu na comunidade do Chumbo, no dia 02 de maio de 1948. Seu Juca é considerado um líder comunitário, sobretudo por suas lutas na busca de melhorias para as comunidades quilombolas da região.

A segunda narradora desta história educacional no Chumbo é a professora Ana Luiza de Almeida Lima, companheira de Seu Juca, que nasceu em 1958, indo morar na comunidade em 1970. Atuava como docente na comunidade, na década de 1980, deixando um importante legado para a educação, não apenas para os filhos dos moradores, como dos seus, que tiveram a oportunidade de ter a mãe como professora.

Na Comunidade Quilombola Campina de Pedra, os/as colaboradores/as foram dona Rosina, de 66 anos, e seu Atanásio, de 67 anos. Ambos chegaram ao território de Campina quando ainda eram crianças, há 59 anos, sendo filhos da matriarca da comunidade, Dona Filomena Mendes da Silva.ⁱ

As Comunidades Quilombolas de Nossa Senhora Aparecida do Chumbo e de Campina de Pedra estão localizadas na Rodovia Adauto Leite, no Km 16 e 32, respectivamente, pertencentes ao Município de Poconé/MT. Os estudos mostram uma história de emancipação a partir do empoderamento de lutas sociais na formação política, cultural, ambiental e socioeconômica do território, da sua origem à formação afrodescendente de quilombolas. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada no ano de 2020, no estado de Mato Grosso, é de aproximadamente três milhões e meio de habitantes, sendo que, desses, 33.315 residem no Município de Poconé.

O Município é muito conhecido por suas tradicionais festas, comidas típicas, pousadas, turismo ecológico no Pantanal, cavalhadas e exposições agropecuárias, constituindo o ponto de partida para quem quer visitar o Pantanal mato-grossense por via terrestre, pela Rodovia Transpantaneira até Porto Jofre, ou pela MT 370, que conduz a Porto Cercado (POCONÉ, 2008). É pertinente ressaltar que o

conhecimento das características de Poconé, aqui sintetizado, é rememorado por meio das belíssimas festas tradicionais desenvolvidas nas comunidades tradicionais da localidade.

Atualmente, em Mato Grosso, existem 78ⁱⁱ comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmaresⁱⁱⁱ, sendo que 29 estão localizados na região de Poconé/MT, como é o caso da Comunidade do Distrito Nossa Senhora Aparecida do Chumbo, certificada pela Fundação no dia 12 de setembro de 2005, conforme Portaria n. 37, de 9 de setembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União.

Fundada, oficialmente, em 23 de agosto de 1895, a Comunidade do Chumbo, em 2023, completará 128 anos. A infraestrutura social, atualmente, engloba: a Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida, que oferta o Ensino Fundamental; a Creche denominada Vovó Teófila, que oferece a Educação Infantil e a Pré-Escola; a Unidade Básica de Saúde (UBS); e o Centro Comunitário. Além disso, há na Comunidade mercados, padaria, loja de confecção, igreja católica e evangélica.

Conforme relato do Seu Juca, 300 famílias residem atualmente na comunidade. As casas são de alvenaria, cobertas de telhas, onde moram, em média, de 3 a 5 pessoas em cada uma delas. A maioria das famílias tem como renda principal o Bolsa Família. Em torno de 70% da população trabalha fora da Comunidade, em órgãos públicos, comércios, fazendas, garimpos, entre outros. No geral, executam serviços braçais. A falta de empregos na Comunidade tem gerado algumas consequências para as famílias, tais como deslocamentos para outras regiões e disjunção familiar.

Grande parte da população local apresenta conhecimento da história e origem da Comunidade, porém, alguns não possuem conhecimento claro sobre o significado do ser quilombola, fazendo com que haja dúvidas com relação à autoafirmação quilombola. Com a deficiência na comprovação da cultura da população local, algumas pessoas acabam incorporando à sua identidade cultural a cultura de outras regiões, descrevendo-as de forma agradável e aceitável, e, com isso, negam a sua própria identidade.

É possível perceber que os moradores da Comunidade do Chumbo possuem formas singulares de produção da vida, revelando





que suas raízes não são somente do presente, mas trazem consigo a história viva das lutas empreendidas pelos seus antepassados.

Campina de Pedra tem o reconhecimento como território quilombola desde agosto de 2005. Segundo estudos da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e do INCRA, a comunidade existe há mais de 150 anos, tendo sido formada por Benedito Mendes Gonçalves, personagem de quem todos os moradores descendem.

A comunidade é constituída por uma grande irmandade, em uma área herdada e dividida entre os 13 filhos de Filomena Mendes da Silva (Dona Morena) e Antonio Dórico de Moraes, no entanto, não são todos os filhos que lá residem. A subsistência de Campina de Pedra vem do plantio de cana-de-açúcar e da produção da rapadura feita nos engenhos da comunidade, além do auxílio financeiro dos programas sociais oferecidos pelo Governo Federal.

41

O caráter coletivo do trabalho na produção da rapadura é representa uma herança passada de geração a geração. Por meio da revenda e da manutenção do engenho, percebem-se os sentidos atribuídos às relações de trabalho e ao uso comum da terra na comunidade de Campina. Além dos engenhos, ainda existem na comunidade a escola Benedito Mendes Gonçalves, construída no ano de 1976, a igreja de São Sebastião, que é o santo de devoção dos moradores, e um posto telefônico.

Na análise dos relatos de certos moradores, foi empregada a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (1979), alicerçada nos aspectos interpretativos de Geertz (2008). Assim, buscamos organizar os dados em suas categorias conceituais e, por fim, na interpretação dos dados, privilegiando os significados que os próprios entrevistados atribuem às suas trajetórias.

EDUCAÇÃO PARA AS POPULAÇÕES NEGRAS E O ESPAÇO DO QUILOMBO: BREVES CONTEXTOS

A colonização e a exploração no Brasil foram marcadas pelo processo escravocrata, que perdurou por mais de três séculos, utilizando a mão de obra escravista dos indígenas

e, posteriormente, dos negros africanos. Foi um período permeado por processos de segregação, dominação e resistências mediante a sabotagem dos escravizados nas plantações dos seus senhores, enquanto outros fugiam e criavam uma sociedade alternativa àquela imposta ao processo, denominado quilombo.



Para Munanga (2001), a palavra quilombo tem sua origem nos povos de línguas *bantu* (Ki-lombo, aportuguesado Qui-lombo), sendo uma estrutura levantada contra o sistema escravocrata, demonstrando resistência política e militante, formada por negros foragidos e libertos, que foram trazidos da África e escravizados no Brasil por um longo período.

Ao se formarem, os quilombolas reafirmaram/reafirmam sua condição política diante das estruturas coloniais, revelando a luta da população negra em busca do seu próprio caminho. Essa peculiaridade não apenas se mostrou no período da escravidão, como posteriormente à abolição, ou seja, eles seguiram resistindo e assim permanecem na atualidade, ampliando a luta por políticas públicas, tais como de saúde, educação e outros bens sociais.

Nesse sentido, os quilombos devem ser entendidos como espaços de resistência, não como algo congelado no tempo e espaço, mas como territórios que constroem marcas étnicas, culturais e de reafirmação do povo preto e quilombola, que historicamente tem lutado por direitos à terra, à saúde, à educação e aos seus diferentes modos de produzir a vida.

No que tange à história da escolarização das populações negras rurais ou urbanas, percebe-se um latente processo de negação de acesso. Em seu estudo, Vidal e Faria Filho (2008) denunciam a história da educação ao longo do século XIX no Brasil como elitista e excludente. Os autores também apontam que, numa sociedade baseada na escravidão, a maioria da população escravizada e/ou pobre estava excluída da cidadania. Além da negação da escolarização, a elite brasileira via na educação escolar uma forma de “civilizar”^{iv} os povos indígenas e africanos. Nessa relação racista e eurocêntrica, impunha-se como ideal de homem civilizado o sujeito

masculino, branco, escolarizado, de origem europeia e que vive em ambiente urbano.



Em Mato Grosso, quando remontamos ao final do século XIX e início do século XX, observamos que a educação da população negra no estado não estava distante do sistema educacional brasileiro. Os mecanismos de inclusão e/ou exclusão eram os mesmos utilizados no sistema educacional ofertado no Brasil nesses períodos (SILVA, 2014). Tal fato é exemplificado no estudo de Barros (2016, p. 597), ao relevar que o Regulamento para a Instrução Primária, do ano de 1854, estabelecia que: "Não serão admitidos à matrícula os que tiverem moléstia contagiosa e os escravos. "

Esse processo de exclusão e negação da educação escolarizada perdura na história das populações negras, sendo que as políticas públicas para esse povo começam vagarosamente. Cabe lembrar que, outrora, a formação educacional precária era uma condição para prepará-los como mão de obra industrial (CASTILHO, 2016).

A exclusão da população negra da escola em decorrência do racismo e da discriminação cultural criou, continua gerando e instrumentalizando a violência, o descaso e o esquecimento do povo preto, tanto no espaço urbano como no chão das comunidades rurais quilombolas. Tais carências funcionam como uma ferramenta para reproduzir a desigualdade dessa população na sociedade brasileira.

Nesse sentido, é concebível entender que a busca pela escolarização era uma ação importantíssima tanto para a população negra dos centros urbanos como para o povo preto das comunidades rurais. Castilho (2011) revela que movimentos sociais, culturais e grupos organizados, como o movimento negro e feminista, têm buscado lutar por uma educação de qualidade, emancipatória e inclusiva.

Destaca-se, nesse contexto, a conquista do direito à educação específica, publicada em 2012. As Diretrizes Nacionais para a Educação Quilombola configuram-se como uma educação intencional de superação do racismo e das desigualdades raciais, intentada na valorização e no reconhecimento das histórias e das culturas afro-brasileiras, indígenas e quilombolas.

Doravante, é importante destacar que as lutas por uma educação pública, emancipatória e libertadora segue sendo pauta do movimento social e negro, visto que no chão das escolas

localizadas em território quilombolas ainda se encontram ausências de ações públicas efetivas. Portanto, a luta pelos direitos humanos dos negros, encetada pelos movimentos sociais ou pela academia, não se esgotou. Ainda há populações que necessitam ser compreendidas, visibilizadas e assistidas, seja pelas políticas públicas e sociais, seja pela academia (CASTILHO, 2011).



As marcas de luta para escolarização nas Comunidades Quilombolas do Chumbo e Campina de Pedra

Segundo as Diretrizes Curriculares Gerais da Educação Básica (2013, p. 74), a Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à “especificidade Étnico-Racial de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais”, ou seja, a base nacional comum e os princípios que orientam a educação básica brasileira. Deve ser ressaltado que a educação quilombola ainda constitui um desafio, ou melhor, uma conquista a ser alcançada.

Quanto à educação ofertada no início da comunidade, conforme relato de alguns moradores, era muito difícil, pois não havia, inclusive, assistência do ponto de vista do poder público. Segundo Dona Ana:

Olha como foi difícil o início das escolas aqui na comunidade, sem estrutura, sem professor. Era muito triste, pois os governantes nem queria saber da comunidade, e quando falamos de trazer a escola para o Chumbo, eles não atendiam, apenas prometia. Então foi difícil, e quando resolveram fazer uma troca, deixaram a gente sofrendo as dificuldades, pois não tinha nada. (Dona Ana, entrevista, 2017).

A narrativa nos estimula a pensar sobre as dificuldades que as populações do meio rural enfrentaram ao longo dos anos para que pudessem sair da condição pré-estabelecidas a eles, tendo em vista as precariedades que os ensinos eram ofertados, sem instalações aceitáveis, materiais didáticos e, principalmente, sem o investimento do poder público.

Oferecia-se uma educação que, na verdade, não era reconhecida e amparada, assim, tiveram que driblar os desafios, combater a negação dos seus direitos e propor



acordos para que ela, a educação, pudesse se tornar uma realidade no Chumbo.

Conforme o relato do Seu Juca, o seu pai, Senhor Sebastião Rosa, foi o responsável pelo início da escola na Comunidade. Ao perceber que seus filhos e as demais crianças e jovens da

Comunidade não poderiam permanecer sem estudar, foi em busca de uma professora para lecionar no local. Ficou sabendo de uma professora chamada Martinha Gonçalves de Lima^v, que lecionava numa comunidade vizinha, e foi procurá-la para trabalhar na Comunidade do Chumbo.

Ao encontrá-la, ela afirmou que, caso o Senhor Sebastião Rosa conseguisse autorização da Prefeitura Municipal, ela iria trabalhar na Comunidade dele. O Senhor Sebastião foi até a prefeitura, falou com o prefeito e ele concedeu autorização para a transferência da professora. Porém, a Prefeitura se responsabilizou somente pelo pagamento salarial dela, de forma que as demais obrigações, como a organização da infraestrutura, materiais e alimentação, ficaram sob a responsabilidade da Comunidade. O Senhor Sebastião prontamente aceitou o acordo e, na mesma semana, a professora Martinha iniciou seus trabalhos na Comunidade:

Papai que arrumou a professora, só que era a Prefeitura que pagava. A primeira professora não. Eu estudei dois anos, aí a escola acabou e a professora casou, aí não tinha quem lecionar, aí a professora também foi embora, aí ficamos sem escola. (Seu Juca, 67 anos, em entrevista no dia 18 de agosto de 2015).

Seu Juca relata que as tentativas iniciais da sua vida escolar sempre foram paralisadas devido a desistências de duas professoras, que deixaram a comunidade após casarem; ele conta que só voltou a estudar aos 12 anos de idade, em 1960.

Aí já veio, eu já tava com 12 anos, aí que veio outra professora, papai foi e conversou com o prefeito, aí veio uma, aí chegou começou estudar e casou também. Era boa pra ensinar, só que era brava [risada]. (Seu Juca, 67 anos, em entrevista no dia 18 de agosto de 2015).

Essa volta aos estudos somente aos 12 anos se deve ao fato de não haver professores que se disponibilizassem a trabalhar na Comunidade, pois era preciso enfrentar todas as dificuldades que existiam naquela época, como, por exemplo, falta de estradas, falta

de materiais didáticos, infraestrutura inadequada, além de não haver um suporte pedagógico por parte do setor público.

Uma das professoras pioneiras na educação inicial da Comunidade foi a professora Martinha, segundo relatou seu Juquinha:



Era Martinha Gonçalves, eu não sei se é de Lima ou de Arruda. É a professora que estudei com ela. Teve outras que pintou também, quando tava dando revolto era professora também. A professora mesmo que levantou esta comunidade foi a professora Martinha. Martinha Gonçalves já é falecida. (Seu Juquinha, 77 anos em entrevista realizada no dia 09 de outubro de 2015).

A escola na Comunidade passou a ter existência oficial em 1960. As aulas, inicialmente, ocorriam debaixo de árvores: os alunos se sentavam no chão ou em pedaços de tronco de árvores caídas ou cortadas. Posteriormente, o Senhor Sebastião, pai de Seu Juca, cedeu um espaço em seu terreno e construíram um espaço destinado à escola, a princípio, coberto de palha, sem paredes. Os alunos continuavam sentando-se em pedaços de troncos de madeiras. Escreviam com o caderno no colo, por falta de mesa ou de outro apoio. Não havia material escolar, como caderno, lápis e borracha.

Não era disponibilizada a merenda escolar, por isso, os alunos deveriam ir à escola já alimentados. Do contrário, se não se alimentassem em casa, ficariam sem comer até retornarem a sua residência. Não havia nenhum meio de transporte escolar ofertado pelo município. Alguns alunos iam a pé, a cavalo ou carroça de boi. Permaneceram um ano nessa situação, até a construção do barracão apenas coberto de palhas, o que, durante a época de chuva, prejudicava o andamento das aulas. No período de 1961 a 1963, as aulas foram desenvolvidas nesse barracão; no ano de 1964, construíram, por meio de mutirão, duas salas de aulas com material de barro chamado adobe^{vi}, porém, segundo Seu Juca, a vontade de estudar superava todos os desafios existentes.

O depoimento deixa entrever que as famílias atribuíam importância à escola e depositavam muita esperança nela, pois talvez a vissem como única alternativa para a melhoria de vida de seus descendentes, os quais, diferentemente de seus pais, ou deles próprios, que não tiveram a oportunidade de estudar, conseguiam fazer com que seus filhos tivessem acesso à escolarização.



As aulas ocorriam de segunda a sábado até o meio-dia, pois no período vespertino tinham de ajudar seus pais nos serviços de roça e em outras atividades que desenvolviam naquela época. O ensino, ofertado na Comunidade na década de 1960, era da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental, na forma multisseriada, graças ao esforço de seu Sebastião e da professora Martinha, que se esforçaram para que a educação fosse ofertada na Comunidade.

Percebe-se nos relatos que, mesmo diante das precárias condições que essa unidade tinha para seu funcionamento, o ensino básico era ofertado aos moradores sem acompanhamento por parte do órgão central do Município, ou seja, a escola não possuía condições mínimas para ministrar as aulas com qualidade; para muitos, a 4ª série era o limite máximo que podiam chegar, para outros, a escola seria algo passageiro, pois as dificuldades aumentavam diariamente.

Durante um longo período, os moradores não viam condições de melhorar a educação na Comunidade, pois a gestão municipal não prometia e nem realizava nenhuma melhoria. Das promessas de campanhas eleitorais, cumpriam apenas o pagamento salarial da professora Martinha, conforme combinado com seu Sebastião Rosa, pai de seu Juca.

Por meio do Decreto n. 06/74, de 30 de maio de 1974, a escola passa a ser denominada Escola do Chumbo; no ano de 1980, levando o nome da Padroeira da Comunidade, é atualizado para Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida. A estrutura continua precária e somente em janeiro de 1995 a comunidade escolar ganha definitivamente um prédio com a mínima estrutura para o desenvolvimento educacional na Comunidade. Esse prédio, segundo relatos de moradores, foi conquistado graças ao empenho de Seu Juca e da professora Juliana^{vii}, que lutaram bravamente para que a infraestrutura da escola fosse construída; realizado na gestão 1993/1996 do Prefeito Euclides Cunha, esse sonho se tornou realidade.

Passado o referido período de dificuldades, a educação ofertada na Comunidade começa a tomar rumos diferentes, embora sem a qualidade que ainda muitos esperavam. Diariamente, iam sendo superadas dificuldades como falta de transporte público em alguns momentos, falta de alimentação escolar, falta de

profissionais, falta de formação continuada, dentre outras, que, a despeito disso, não deixavam as professoras desanimarem quanto ao seu papel de educadoras.



Atualmente, existem duas unidades de ensino na Comunidade, que são gerenciadas pela Prefeitura Municipal de Poconé/MT: A Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida, que atende do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, e a Creche Municipal Vovó Teofila, que atende os alunos da Educação Infantil, da creche à pré-escola. No entanto, a modalidade da Educação Escolar Quilombola não é uma realidade nas instituições, tendo em vista a resistência do poder público em reconhecer as diversidades e o cumprimento dos atos legais. Apesar dos impasses, os docentes atuais, em sua maioria nascidos e criados na comunidade, lutam para que a legislação possa se cumprir em seus territórios.

Ao reconstruir a história de escolarização das populações negras, Forde (2016) constata que a militância desses grupos sociais não só suscita conflitos com o processo de subalternização, mas também mobiliza a luta da educação como direito de autonomia, emancipação e inclusão. Como a Comunidade de Chumbo, no Quilombo Campina de Pedra a busca pela escolarização surgiu por meio de lutas coletivas, de forma que os moradores da comunidade relatam que a escolarização começou por volta de 1966-1967. Nesse período, os descendentes de Dona Morena, matriarca da Comunidade, tinham entre 7 e 15 anos e a educação era oferecida nas chamadas casas-escola.

As casas-escola foram experiências comuns em comunidades rurais, negras ou não, demarcadas pela precariedade física e pedagógica. Tais condições puderam ser observadas nas narrativas dos moradores de Campina de Pedra, a exemplo do relato de Dona Rosina (67 anos): *"andávamos 15 quilômetros para estudar, chegava lá a professora estava doente ou tinha ido para Poconé, a gente não estudava, andava mais que estudava."*

A constante precariedade sentida no território de Campina por seus moradores foi a força motriz por trás do alto índice de analfabetismo na comunidade. Numa situação em que a escola era uma realidade distante, a falta de oportunidades para aprender a ler



e escrever os obrigava a fazer apenas trabalhos de campo. Em sua narrativa, Dona Rosina reforça a ausência de incentivo, conforme: *"Eu gostava de estudar, acho que nesse tempo se tivesse escola [de qualidade] eu tinha aprendido, porque não aprendi nada, só estudei até a 2ª série, sei ler e escrever meu nome malemá."* (Dona Rosina, 66 anos, entrevista realizada dia 26 de novembro de 2016).

O relato de Dona Rosina evidencia a realidade de muitos brasileiros moradores do campo, que são frequentemente penalizados pela falta de oportunidade. Segundo Furtado (2004), o direito à educação, negado às classes mais pobres da população brasileira, gerou situações precárias de ensino para a população rural, culminando em altos índices de evasão escolar e analfabetismo.

As denúncias nas narrativas dos moradores de Campina de Pedra, como na Comunidade do Chumbo, revelam a negação da educação escolarizada para grande parte dos brasileiros, em especial a população pobre, levando à evasão precoce e ao analfabetismo.

49

No entanto, assemelhando-se à história do Chumbo, a compreensão sobre a importância da educação também se manteve constante nas lutas e reivindicações da comunidade Campina de Pedra. Na mobilização para educação escolarizada, foram os/as moradores/as os principais protagonistas, como Dona Morena e seu marido, o Sr. Antônio Dórico, como também seus filhos e filhas. Segundo os relatos, é no início de 1972 que a escola começa a funcionar na casa de Dona Morena, com o primeiro educador da comunidade, o professor Daniel.

A escola era um barraco de palha de acuri^{viii}, construído pelos pais dos/as alunos/as. Além da sala para os/as estudantes assistirem as aulas, também foram construídos bancos. Nesse espaço, atuaram os professores Daniel e Maurício, que eram pagos pelos próprios moradores/as, retratando a insistência e a preocupação coletiva com a escolarização da comunidade.

O apoio concreto da Prefeitura de Poconé/MT para com os estudantes e moradores de Campina de Pedra chegou somente com o Decreto n. 06, de criação das "Escolas Rurais do Pantanal", em maio de 1974. Dentre as unidades, estava a escola de Campina de

Pedra. Apesar desse decreto, a unidade escolar permaneceu em espaço precário (barraco de palha) até 1976. Novamente, diante das reivindicações coletivas, a Escola Municipal Benedito Mendes Gonçalves foi oficialmente construída. Conforme nos conta seu Anatócio, o espaço foi cedido por seus pais, Dona Morena e Sr. Antônio Dórico, conforme sua fala:



Foi meu pai que naquele tempo, e o Alindo que era o prefeito, aí mandou construir a sala de escola, mas quando era uma casinha provisória, antes da escola, vinha professor para dar escola na casa de papai, na sala lá. (Seu Anatócio, 67 anos, entrevista realizada no mês de novembro de 2015).

O nome da escola é uma homenagem ao fundador e principal ancestralidade dos moradores de Campina de Pedra, Benedito Mendes Gonçalves. Esse fato nos permite compreender que o Sr. Benedito Gonçalves é um personagem de memória, ou seja, mesmo não estando naquele espaço-tempo, as pessoas que contribuíram para a comunidade fazem parte da história e da memória do referido grupo étnico (POLLAK, 1992).

Nessa unidade escolar, o professor Olímpio trabalhou por cerca de 10 anos, e os principais estudantes eram os netos e as netas de Dona Morena e Sr. Antônio Dórico. A escola funcionava em dois períodos, de manhã era destinada às crianças e no noturno aos jovens e adultos. O professor Olímpio permaneceu na escola até 1º de março de 1985, dando lugar à professora Ana Lúcia.

Como a professora Ana Lúcia não morava em Campina de Pedra, permanecendo na comunidade durante toda semana, Dona Catarina (esposa do Seu Anatócio) era quem recebia e hospedava a professora. Os moradores relatam que ela era uma excelente professora e tinha uma pedagogia de cuidado e amor com seus alunos. Ainda disseram que, após a chegada dela, o apoio da Prefeitura melhorou na comunidade.

A professora Ana Lúcia lecionou na escola até o ano de 2002, quando finalmente foi substituída por Berenice, filha de Dona Catarina e Seu Anatócio e neta de Dona Morena. Berenice foi a primeira professora quilombola da comunidade, tendo permanecido nessa função até o ano de 2016, ocasião em que a escola foi desativada



devido ao processo de nucleação conduzido pela prefeita municipal de Poconé/MT.

A Escola Municipal Benedito Mendes Gonçalves, que funcionava desde 1974, encontra-se desde 2016 desativada, de modo que os filhos e netos dos moradores passaram a estudar na escola municipal Nossa Senhora Aparecida, na comunidade do Chumbo. A justificativa para a desativação foi o número reduzido de matriculados.

Para os colaboradores da nossa pesquisa, a desativação da escola provocou mais uma vez enfrentamentos, visto que o transporte escolar era falho, fazendo com que os alunos não frequentassem a escola por longos períodos. Em tom de protesto, Dona Rosina nos diz: *"tem escola, mas não tem ônibus, eles falaram [a Secretária de Educação] que a escola indo para lá [na escola do Chumbo], ia ser melhor, mas ficou mais ruim."*

Apesar das dificuldades ora relatadas, dona Rosina diz: *"se naquele tempo tivesse esse movimento [referindo-se ao apoio político, hoje] eu acho que eu era formada igual você, mas não tive, nunca aprendi a assinar o nome direito."* O descompromisso histórico do Estado para com as comunidades negras rurais em Poconé/MT transformou e continua transformando a realidade dessa população, ou seja, o direito de acesso à educação de qualidade nos faz entender que é por meio dela que reside a possibilidade ou não de acesso aos bens fundamentais da vida.

A esse respeito, notamos que as políticas educacionais para as comunidades, especialmente para as populações negras rurais, se baseiam em normas gerais, como se todos fossem iguais, esquecendo as especificidades dos grupos populares (CASTILHO, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou descortinar a luta da educação escolar das Comunidades Quilombolas Nossa Senhora Aparecida do Chumbo e Campina de Pedra, do Município de Poconé/MT. Nota-se nos relatos dos nossos colaboradores as ausências de políticas públicas educacionais efetivas nas comunidades quilombolas de Poconé/MT.



Diante das precárias condições estruturais e pedagógicas do processo histórico de escolarização nos quilombos do Chumbo e Campina de Pedra, revela-se a luta coletiva em ambas as comunidades, com os moradores perseguindo o direito e a garantia de educação de qualidade. São histórias que se assemelham nos esquecimentos, como também na resistência do povo quilombola, que lutou e continua lutando incansavelmente.

Sabemos que a educação deve ser ofertada a todos, sem distinção de cor, raça ou sexo. Segundo a Constituição de 1988, em seu artigo 205, a educação é um direito garantido a todos e dever do Estado e da família, com a colaboração da sociedade, possibilitando o desenvolvimento da pessoa, preparando para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

O desenvolvimento da educação para todos deve conter as exigências do currículo escolar, porém, devem ser respeitadas as especificidades de cada localidade em que o aluno se insere e o docente atua. No caso específico da educação em territórios quilombolas, ela mantém características próprias diante da diversidade e especificidades culturais de cada comunidade. No entanto, como evidenciado no percurso educacional de ambas as comunidades, as lutas e as estratégias de resistências foram e continuam sendo uma marca presente, tendo em vista que, apesar do direito assegurado em lei, o poder público continua negando a modalidade da educação escolar quilombola, unificando as práticas educativas e culturais.

Sabemos que as comunidades quilombolas passam por transformações culturais e educacionais, sendo importante reconhecer os avanços profissionais por elas conquistados, principalmente na luta pela educação e no fortalecimento da identidade da comunidade. Mesmo em algumas situações em que o sistema educacional não procura respeitar e valorizar a sua história, os seus costumes e a necessidade de uma educação diferenciada, a preservação dos valores culturais e identitários dessas comunidades devem ser resguardados.

Assim, é preciso trazer para o universo científico a história da educação das comunidades quilombolas, ecoando as vozes daqueles que lutaram e lutam para que o ensino se concretize e permaneça na atualidade. Nesse sentido, esperamos que este estudo tenha



um caráter provocativo e de denúncia, bem como contribua para difundir pesquisas que compreendam as possibilidades educacionais nas comunidades quilombolas como um direito inegável.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Editora 70, 1979.

BARROS, Surya Pombo de. Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX. **Educação e Pesquisa**, v. 42, n. 3, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v42n3/1517-9702-ep-42-3-0591.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988,

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 30 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 30 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 30 mar. 2023.

CASTILHO, Suely Dulce de. **Quilombo contemporâneo: educação, família e culturas**. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

CASTILHO, Suely Dulce de. Políticas curriculares para a educação quilombola de Mato Grosso: contexto, texto e

análise. In: CASALI, Alípio; CASTILHO, Suely Dulce de (Org.). **Diversidade na educação**: implicações curriculares. São Paulo: Educ, 2016. p. 97-115.

FORDE, Gustavo Henrique Araújo. **"Vozes negras" na história da educação**: racismo, educação e movimento negro no Espírito Santo (1978-2002). Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.

FURTADO, Eliane Dayse Pontes. Estudo sobre a educação para a população rural no Brasil. **Reduc**, p. 46-91, 2004.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. I. ed., 13ª reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/panorama>. Acesso em: 30 mar. 2023.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Superintendência Regional de Mato Grosso. **Relatório Técnico de Identificação e Delimitação Comunidade de Remanescente de Quilombos Campina de Pedra, Poconé-MT**. Cuiabá/MT, 2009.

MUNANGA, Kalebe. Origem e história dos quilombos em África. In: MOURA, Clóvis (org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: Edufal, 2001, p. 56-63.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PREFEITURA DE POCONÉ. **Decreto nº 06 de maio de 1974**. Poconé, 1974.

SILVA, Maristela Mendes da. **Educação escolar Quilombola comunidades quilombolas do território Quilombola de Vão Grande, Barra do Bugres-MT**: percepções e significados sobre a E. E. José Mariano Bento. Dissertação (Mestrado em Educação) - Cáceres/MT: UNEMAT, 2014.

VIDAL, Diana; FARIA FILHO, Luciano M. A escolarização no Brasil: cultura e história da educação [Versão em português de: VIDAL, D.; FARIA FILHO, L. M. History of Brazilian urban education: space and time in primary schools]. In: PINK, William T.; NOBLIT, George W. (Eds.). **International Handbook of Urban Education**. Springer, 2008. p. 581-600.



Recebido em 10 de abril de 2023.

Aprovado em 29 de maio de 2023.



ⁱ Carinhosamente conhecida por Dona Morena, é filha de Benedito Mendes Gonçalves, fundador da Comunidade e descendente direto do senhor Félix Gonçalves Netto, trazido como escravizado para a região de Poconé. Em março de 2023, com seus 103 anos, Dona Morena faleceu, deixando um legado de resistência, história e memória na Comunidade de Campina de Pedra.

ⁱⁱ Dados coletados do Parecer – Quadro geral de comunidades remanescentes de quilombos (CRQs), publicado no Diário Oficial da União, de 30 de março de 2023.

ⁱⁱⁱ A Fundação Cultural Palmares é o órgão responsável por emitir a certidão de autodefinição para comunidades remanescentes de quilombo. Uma das funções da Fundação Cultural Palmares é formalizar a existência dessas comunidades, assessorá-las juridicamente e desenvolver projetos, programas e políticas públicas de acesso à cidadania. Fonte: Disponível em: https://www.palmares.gov.br/?page_id=37551 Acesso em 31/03/2023

^{iv} Vidal e Faria Filho (2008) enfatizam que no século XIX no Brasil, civilizar era uma palavra de ordem, ou seja, as práticas, os hábitos, costumes e crenças da elite branca deveriam ter marcas e influências europeia.

^v A professora Martinha Gonçalves de Lima nasceu no dia 31 de janeiro de 1931 e faleceu em 2011, aos seus 80 anos. Dedicou sua vida ao exercício do magistério, principalmente na Comunidade do Chumbo, aposentando-se na década de 1990. Teve papel fundamental na história da educação da Comunidade.

^{vi} O adobe é um material vernacular usado na construção civil. É considerado um dos antecedentes históricos do tijolo de barro e seu processo construtivo é uma forma rudimentar de alvenaria. Adobes são tijolos de terra crua, água e palha e algumas vezes outras fibras naturais, moldados em fôrmas por processo artesanal ou semi-industrial.

^{vii} Juliana de Almeida Cunha (59 anos), nascida na cidade de Poconé, no dia 17 de novembro de 1956, negra, integra o quadro de professoras leigas, sem formação específica, que exerceram o magistério na Comunidade do Chumbo nas décadas de 1970 a 1980.

^{viii} Uma espécie de palmeira abundante no Pantanal Matogrossense.